

MAIA (Águas Santas)

A igreja do mosteiro de Santa Maria de Águas Santas situa-se na freguesia homónima do concelho da Maia (distrito do Porto) do qual dista cerca de 6 km. Saindo da Maia dirija-se para sul até à Via Periférica da Maia. Na rotunda siga pela primeira saída em direção à Avenida António Santos Leite. 500 m depois saia na segunda saída para a Rua Cinco de Outubro. Vire à direita em direção à Rua do Arco. Cerca de 800 m depois vire à esquerda. O mosteiro encontra-se à sua direita.

Implantado a meia encosta do monte da Caverneira, cujas características geológicas originaram a exploração de pedreiras de granito, o mosteiro Santa Maria de Águas Santas situa-se em lugar sobranceiro às agras que aproveitam as potencialidades agrícolas do vale do rio Leça.

Na alta idade média, a bacia do rio Leça testemunha a organização eclesiástica da época sueva. Com efeito, o *pagus Laberencio* mencionado no *Paroquial Suévico* ou *Divisio Theodomiri*, documento redigido entre 572 e 582, foi identificado por Almeida Fernandes com a paróquia de Lavra (Matosinhos).

No reinado de Afonso III das Astúrias (866-910) uma série de campanhas militares destinada a estabilizar os territórios entre cristãos e muçulmanos irá estabelecer a linha de fronteira no vale do Douro. Em 868, a presúria de *Portucale* pelo conde Vímara Peres representa a reorganização e o governo dos territórios então conquistados. É neste contexto da reconquista que, no vale do rio Leça, se disseminam estruturas militares documentadas desde o século X, registando-se o seu incremento ao longo da segunda metade da centúria e da primeira metade do século XI, conforme escreveu Ricardo Teixeira. Segundo o mesmo autor, terá sido a partir dos meados do século XI que o castelo que parece ter obtido maior supremacia na Terra da Maia foi justamente o que se encontra na freguesia de Águas Santas, implantado nas proximidades da via que partia do Porto, passava no Alto da Maia "e seguia ao longo da bacia do Leça, em direção à zona de Santo Tirso e Guimarães". Na documentação, o castelo é referido como *castro Amagia* (1045), *castro Amaie* (1097), *Castello Madie* (1258) e *castellum de Madia* (1287).

Muito embora não existam evidências arqueológicas, a conjugação entre a toponímia e as características topográficas e morfológicas do local, apontam para a localização do castelo a escassos 800 m do mosteiro de Águas Santas. Como sublinhou Mário Barroca, a maior parte dos mosteiros dos séculos XI e XII, "estava umbilicalmente ligada a um castelo, confiando nele a sua proteção". São disso exemplo, na região da Maia, o mosteiro de São Salvador de Moreira protegido pelo *mons* de Pedras Rubras e o mosteiro de São Salvador de Leça defendido pelo *mons* Custóias.

A fundação de mosteiros e igrejas documentados desde o século X neste território acompanha o fenómeno do *encastelamento*. O mosteiro de São Salvador da *Labra* (Lavra) está documentado desde 947, embora a sua origem possa ser mais antiga, o de São Salvador de Bouças remonta a 944 e o de São Salvador de Moreira (Maia) está documentado desde 1072, embora a sua origem seja anterior. Com efeito, os patronos do mosteiro de Moreira, Tructezindo Gomes e D. Gontinha, transferiram o antigo mosteiro dúplice dedicado a São Jorge, fundado em data anterior a 1027 e localizado em Goutão, para o lugar de Moreira.

Segundo Sottomayor-Pizarro, a linhagem da Maia, fundadora do mosteiro de Santo Tirso (978) e ligada ao de Moreira da Maia, detinha um vasto património localizado entre o Douro e o Ave, "numa mancha que se prolongava depois por Gondomar ou Refoios de Riba d'Ave para zonas mais interiores junto à bacia do rio Ferreira, ou mesmo para Gaia". A presença na corte condal de D. Paio Soares (1094-1129), chefe da linhagem da Maia, na qual exerceu os cargos de mordomo-mor e de alferes-mor, e o seu cargo de governador na tenência da Maia (1110-1128) testemunham o poder da linhagem.

Pertença da ordem do Hospital de Jerusalém desde o século XII, o mosteiro de Leça construído junto à margem do rio homónimo, terá sido fundado no século X. Embora a data exata da instalação dos monges-cavaleiros na região da Maia seja controversa, Paula Pinto Costa considera que no ano de 1112 o mosteiro já estava ocupado pela ordem militar. Um dos núcleos do património da comunidade monástica estendia-se justamente até Águas Santas, cujo mosteiro passará a constituir-se como comenda da ordem do Hospital depois de extinta a ordem dos cónegos de Santo Sepulcro no século XV, como adiante se verá. A importância que adquire fará de Leça do Balio a sede do priorado em Portugal. A qualidade do programa construtivo que se conserva e que data de uma ampla reforma ocorrida entre as décadas de 1300 e 1330, expressa claramente a retórica de uma ordem militar.

Segundo Luís Amaral, que adota a interpretação de Avelino Jesus da Costa, o arcediagado da Maia entregue ao diácono Galindo Alvites, facto que um documento datado de 30 de dezembro de 1082 parece indiciar, relaciona-se diretamente com o bispo de Braga D. Pedro (1070-1091) que então organizava a sua diocese, muito embora o território da Maia estivesse integrado na diocese do Porto. Como esclareceu Maria Helena da Cruz Coelho, a diocese do Porto encontrava-se sem prelado desde o último quartel do século XI, "sendo gerida por arcediagos de Braga, que os bispos bracarenses nomeavam." A situação alterar-se-ia com a eleição do bispo D. Hugo em 1112 e a sua sagração em 1113.

É neste território encaixado entre as dioceses de Braga e do Porto e dominado pela linha-gem da Maia, onde pontuam estruturas militares dos séculos X e XI, mosteiros de antiga fundação e onde se cruzam importantes vias medievais, que se implanta o mosteiro de Santa Maria de Águas Santas.

Muito embora não exista evidência documental, a utilização de capitéis pré-românicos na cabeceira do século XII, o facto de um dos sarcófagos que se conservam no adro da igreja corresponder a uma tipologia alti-medieval, a proximidade de um castelo com data provável no século XI e a possível existência do arcediagado da Maia em 1082, permitem aventar a hipótese da presença de um templo pré-românico em Águas Santas.

A mais antiga referência ao *Monasterium de Aquis Sanctis* data de 1120 (*Censual do Cabido da Sé do Porto*). Em 1125, uma *conventio* entre o bispo do Porto, D. Hugo (1112/3-1136) e o prior e clérigos do mosteiro testemunha a troca de bens e isenções entre as duas partes. A menção ao mosteiro, ou aos seus priores, repete-se no testamento do bispo do Porto, D. Fernando Martins (1176-1185) datado de 8 de novembro de 1185. Quase um século depois (1260) encontramos nova referência ao mosteiro no testamento do bispo da diocese portuense, D. Julião Fernandes (1247-1260). Estevão Soares, cónego de Braga contempla Santa Maria de Águas Santas no seu testamento (26 de outubro de 1265).

Todavia, a documentação não menciona a ordem monástica à qual pertencia o mosteiro, circunstância que se repete na *Lista das igrejas do padroado real [1220-1229]* onde consta, na Diocese do Porto, *Sancta Maria de Aquis Sanctis*, nas Inquirições de 1258 e no *Catálogo de todas as Igrejas* (1320-21), no qual o mosteiro surge integrado na *Terra de Media*.

Segundo Hermínia Vilar, a principal casa religiosa da ordem dos Cónegos do Santo Sepulcro em Portugal foi, pelo menos a partir do século XIII, o mosteiro de Águas Santas da Maia, desconhecendo-se embora a data da sua incorporação na ordem. Na bula de Inocêncio III datada de 1215, na qual se determina que todas as casas conventuais da ordem do Santo Sepulcro nos reinos hispânicos ficavam sob a proteção do pontífice, é salientada a igreja de Santa Maria de Águas Santas "com todas as suas liberdades, pertenças e bens detidos em Portugal". Extinta aquela ordem em 1489, os seus bens foram incorporados na Ordem do Hospital. Todavia, o conhecimento sobre a ação e implantação dos Cónegos do Santo Sepulcro em Portugal é muito escasso. As Inquirições de D. Afonso III constituem a única documentação que indicia a sua presença anterior a 1130. D. Teresa terá doado São Paio de Gouveia (Gouveia, distrito da Guarda) e a Vila do Ladário (Penalva do Castelo, distrito de Viseu), entre outros bens, àquela



Perspectiva geral da igreja. Alçado ocidental

ordem, conforme esclareceu Hermínia Vilar. O mosteiro de Vila Nova de Penalva ou de Santa Maria de Águas Santas de Vila Nova do Mosteiro (Trancozelos, Penalva do Castelo), do qual se conserva um templo que deverá datar do século XIV, estava anexo ao de Águas Santas (Maia), segundo o Catálogo de 1320-1321.

A implantação da ordem em Portugal em data anterior a 1130 coincide com a cronologia de outros reinos hispânicos. Em 1126, o conde Ramón Berenguer III doa ao patriarca de Jerusalém a igreja de Santa María de Prats del Rey (Barcelona). Outorgada pelo papa Honório II, a bula datada de 4 de setembro de 1128 menciona uma série de possessões da ordem em Itália, França e Espanha. A implantação de igrejas, mosteiros, hospitais e vilas nos reinos hispânicos distribui-se pelos bispados de Palencia, Léon, Burgos, Segovia, Astorga, Ávila, Salamanca, Zamora, Compostela Nájera e Tuy, sendo evidente uma maior concentração em Palencia e Léon, como concluiu F. Villaseñor Sebastián.

Em 1215 uma bula de Inocêncio III refere-se às casas hispânicas da ordem dos cónegos regulares do Santo Sepulcro entre as quais é mencionada a de Santa Mariña de Águas Santas (Allariz, Orense). Documentada desde o século XI, a igreja dedicada à lendária mártir Santa Mariña esteve dependente do mosteiro de Celanova tendo transitado, no início do século XIII, para a observância dos cónegos do Santo Sepulcro, conforme apurou Calvo Gómez. Não podemos deixar de notar a correspondência cronológica entre a ocupação pelos cónegos do Santo Sepulcro do templo de Ourense e do mosteiro português. Importante centro de peregrinação, a igreja de Santa Mariña de Águas Santas recebeu uma reforma românica que estaria terminada à volta de 1200, como sugere Ramón Yzqueirido.

Mosteiro de Santa Maria

CONSTRUÍDA EM GRANITO E APARELHO pseudo-isódomo, a igreja de Santa Maria de Águas Santas está implantada num adro. Embora o templo seja composto por três naves, a nave sul foi erguida no século XIX, respeitando a *architettura antiga* como adiante se verá, razão pela qual não será descrita.

Da época medieval restam duas naves e as respetivas absides. A nave norte recebeu uma cabeceira de planta semicircular e a nave sul uma abside retangular, sendo ambas mais baixas e mais estreitas do que as respetivas naves. Adossada a ocidente da nave norte, ergue-se uma torre sineira de perfil retangular.

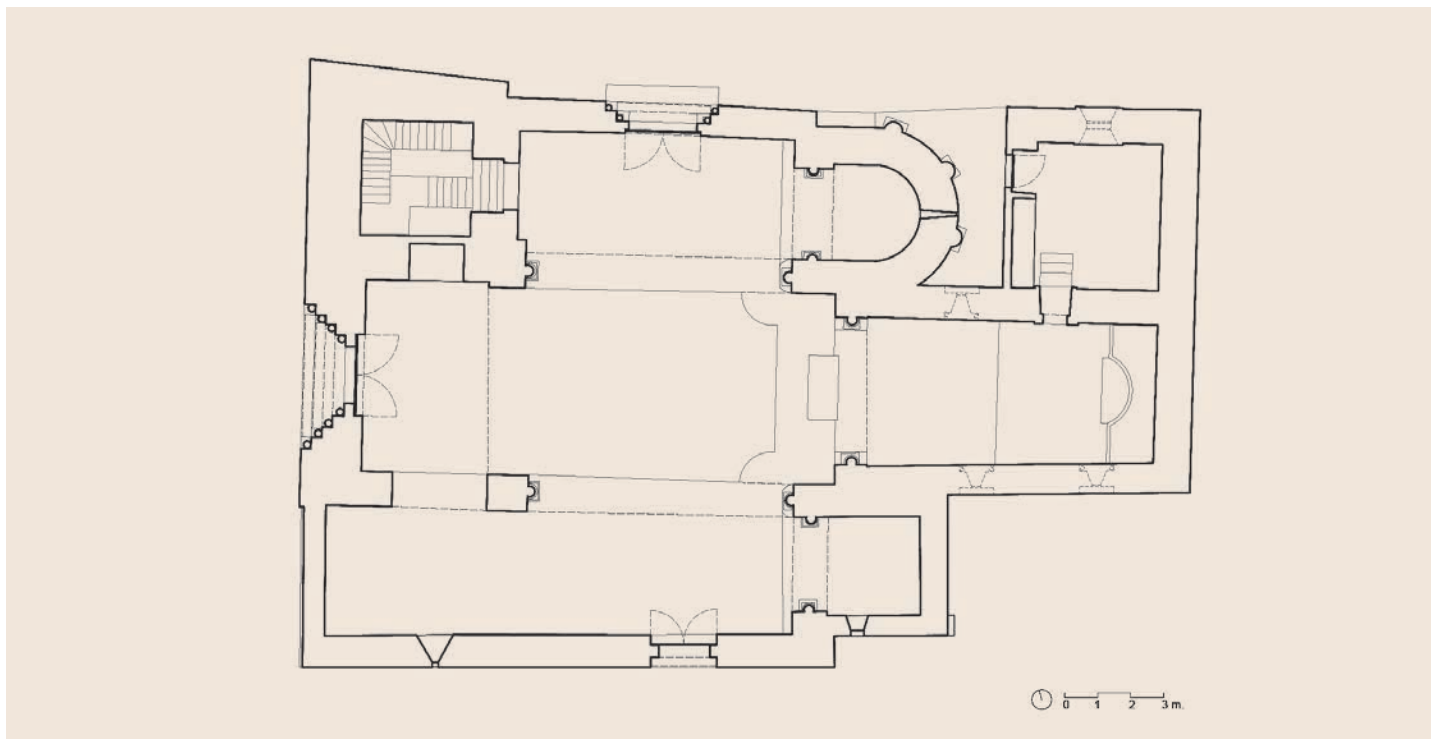
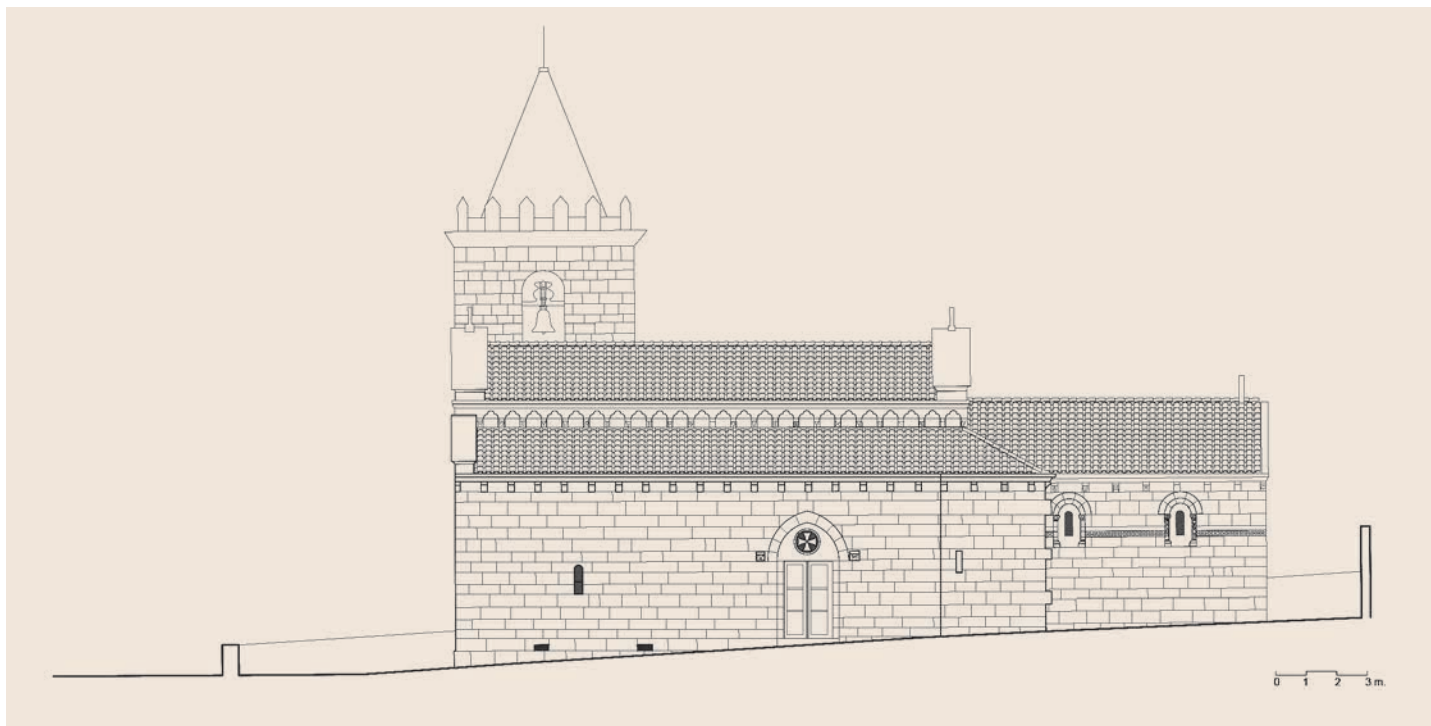
O alçado exterior da cabeceira da nave norte é composto por colunas adossadas que marcam a transição entre os dois tramos: o reto e o de secção semicircular. As colunas, cujos capitéis se situam logo abaixo da cornija, assentam em plintos. Seguindo modelos coríntios, estes dois capitéis são pré-românicos. A sua menor volumetria, relativamente aos fustes, foi compensada por um estreitamento no tambor que os suporta, o que reforça a hipótese de um

reaproveitamento seja de uma construção monástica anterior, seja de outra edificação. A cornija é profunda e apresenta cachorros alongados com figuração humana e elementos geométricos. Anteriormente às obras de restauro da DGEMN (décadas de 1930-1940) o muro norte da sacristia entaipava esta abside. Na fachada norte da nave abre-se um portal composto por duas arquivoltas onde pontuam toros diédricos que assentam em dois pares de colunas cujos fustes são muito estreitos. Os capitéis de pequena dimensão e escultura vegetalista são sobrepujados por impostas. No tímpano, abre-se uma cruz pátea vazada. Coroada por cornija que assenta em cachorros, tendencialmente de secção quadrangular, a fachada apresenta ainda quatro mísulas que fazem supor a existência de um alpendre. Como já foi referido, à parcela ocidental da nave norte adossa-se uma torre sineira cujo coroamento apresenta cornija sobre cachorros, sendo rematado superiormente por merlões.

O alçado oriental do exterior da cabeceira da nave sul não apresenta qualquer vão de iluminação. É coroado por uma empena de duas águas em cujo remate pontua



Perspetiva geral do alçado norte


Planta
Alçado sul


um motivo vegetalista. A norte, o alçado da cabeceira está quase totalmente encoberto pela sacristia. A fachada sul, parcialmente coberta pela abside da nave do século XIX, apresenta dois vãos de iluminação de arco de volta perfeita.

Os alçados são compostos por colunas e uma arquivolta onde pontua um toro diédrico. No vão oriental os fustes receberam escultura vegetalista e os capitéis, também fitomórficos, não apresentam ábacos, característica comum aos



Cabeceira. Alçado sul



Absidíolo norte

Fresta da cabeceira. Alçado sul



Pormenor da cabeceira e do absidíolo norte



capitéis do outro vão. Horizontalmente, um friso de bilhetes percorre a fachada coroada por cornija assente em cachorros ora lisos, ora com a figuração de cabeças humanas.

Em fiada situada abaixo do friso de bilhetes conserva-se uma inscrição datada de 1218 cuja leitura, da autoria de Mário Barroca, se apresenta:

Era M^a CC^a 2^a vj^a / DURAM MARTIM

Segundo Mário Barroca, esta inscrição tanto pode ter um caráter funerário como registar uma fase construtiva do templo.

Das fachadas norte e sul desta nave só resta o seu co-roamento. Não sabemos se a parede norte foi construída

ou se a edificação original desta nave comunicava diretamente com a nave pré-existente, a norte. A estrutura murária do alçado sul foi demolida aquando da construção da nave oitocentista. Ambas as fachadas são rematadas superiormente por uma cornija assente em arcos tripartidos. Na superfície murária oriental que remata em empena de duas águas, abre-se uma rosácea, cuja grilhagem externa deverá ser obra do restauro realizado nas décadas de 1930-1940 pela DGEMN.

No alçado ocidental desta nave, que corresponde à fachada principal da igreja, abre-se um portal composto por quatro arquivoltas de modinatura em toro/escócia. Os quatro pares de colunas apresentam capitéis de motivos

*Cachorros do absidíolo norte**Portal ocidental*

vegetalistas muito semelhantes entre si. Sobre o portal abre-se um vão quadrangular da época moderna, sendo o alçado da fachada rematado por empena de duas águas.

No adro da igreja conserva-se um conjunto de sarcófagos medievais exemplares datados, por Mário Barroca, entre os séculos XII e século XIV. No entanto, segundo o mesmo autor, um dos exemplares poderá remontar a uma data mais recuada, entre os séculos X e XI, dada a tipologia não antropomórfica que apresenta. Ostenta uma cruz em relevo de braços iguais no topo da cabeceira. Na tampa foi gravada uma outra cruz inserta em círculo e, posteriormente, um tabuleiro de jogo medieval, como notou Mário Barroca.

No interior da nave sul destaca-se a cabeceira abobadada, composta por um arco triunfal ligeiramente ultrapassado. A proporção entre a dimensão dos capitéis e o pé direito da coluna indicia uma construção da primeira metade do século XII ou de meados do mesmo século, aspeto que é reforçado pela tipologia dos capitéis vegetalistas, cujo modelo coríntio está patente na presença de dados tanto nas arestas como na face central do capitel. Segundo C. A. Ferreira de Almeida, estes capitéis tiveram como modelo os capitéis pré-românicos presentes no exterior da cabeceira. Na nave, aos pés da qual se abre um portal de acesso à torre que lhe está fronteira, abre-se o portal a norte. A sul, um grande arco de perfil abatido separa a nave mais antiga e mais baixa da nave construída posteriormente, como se verá.

A abside da nave sul, de planta retangular, é antecedida por um arco cruzeiro com um par de colunas assentes em plintos. O capitel do lado do evangelho é vegetalista e

esculpido a bisel. No lado da epístola, o capitel apresenta quatro animais muito relevados sobre um fundo liso que se assemelha, na forma do cesto, do ábaco e na forma de esculpir, a capitéis do mosteiro de São Pedro de Cete (Paredes) cuja igreja data, em grande parte, do século XIV. No muro norte abre-se um vão de iluminação composto por toros diédricos e capitéis sem ábaco. O alçado do muro sul é composto por dois vãos de iluminação cujo alçado segue o mesmo modelo do vão da parede norte. Um dos vãos assenta em fuste relevado com motivos fitomórficos e geométricos. A parede leste está encoberta por um retábulo. O aparelho das parcelas mais orientais dos muros norte e sul da cabeceira é irregular, o que sugere que a mesma foi aumentada na época moderna. Contudo, o vão de iluminação do muro sul, cujo fuste recebeu motivos fitomórficos e geométricos, encaixa-se neste aparelho irregular. Uma vez que este vão está encaixado no aparelho irregular, e que o muro norte só apresenta um vão, cremos que o primeiro poderá ter pertencido à parede testeira original desta cabeceira.

A divisão entre as três naves faz-se por dois amplos arcos abatidos que descarregam o seu peso em colunas adossadas. No arco mais a norte, os fustes, assentam em bases e altos plintos, mostrando, principalmente no exemplar que divide a nave norte da nave sul, junto à cabeceira, uma proporção idêntica às peças equivalentes do arco cruzeiro da nave norte. O relevo do capitel é pouco acentuado, apresenta duas figuras humanas nas arestas e um motivo vegetalista tratado a bisel nas faces. No que diz respeito aos outros capitéis destes dois arcos, a análise torna-se mais complexa. A construção da nave oitocentista



Portal norte

reaproveitou capitéis das duas naves medievais e copiou outros. Embora no absidiolo desta nave seja mais evidente a sua fatura oitocentista, a distinção entre os capitéis dos arcos é de mais difícil exercício. No entanto, entre as peças restantes encontra-se semelhanças com capitéis das igrejas da bacia do Sousa e da igreja do antigo mosteiro de Santo André de Vila Boa de Quires (Marco de Canavezes), conforme notou C. A. Ferreira de Almeida.

As duas parcelas medievais da igreja de Águas Santas correspondem a cronologias distintas. Uma primeira igreja, hoje a nave norte, apresenta soluções próprias do século XII. As colunas do arco cruzeiro e os respetivos capitéis, o alçado exterior da cabeceira bem como o aparelho e a ausência de siglas, acusam uma obra que poderá datar entre a primeira metade ou os meados dos do século XII.

Em meados do século XIII acrescentou-se uma nova cabeceira, muito mais ampla que a primeira e de planta rectangular, e uma nave de maiores dimensões que só ficaria concluída já no século XIV, como demonstram o tipo de arcos tripartidos da cornija e o arranjo do portal ocidental. Provavelmente na mesma época, como propôs C. A. Ferreira de Almeida, foi edificada a torre sineira que se encostou à nave norte.

Todavia, cremos que o portal da nave norte, a mais antiga, também não corresponde ao século XII. O seu

alçado e a tipologia dos fustes e capitéis indiciam uma intervenção de meados do século XIII ou mesmo do século XIV. Embora a cornija da fachada norte desta parcela seja profunda, o que habitualmente corresponde a uma construção do século XII ou mesmo anterior, os cachorros de secção quadrangular, que não acompanham a profundidade da cornija, são certamente mais tardios.

Segundo uma descrição de 1693, a igreja era construída em *cantaria antiga*, tinha duas naves e torre sineira do lado norte. Do lado sul, abria-se um alpendre. Joaquim Moutinho dos Santos (1871) refere-se ao templo três anos antes da construção da nave sul. Segundo o autor, o interior da igreja estava então *dividido em duas naves por arcadas de ordem coríntia ainda que pouco buriladas, e bem se deixa ver que aquellas pedras já formaram outro edifício, d'outra seita, porque aqui, ou ali se encontram emblemas de gentilidade*. Em 1874, uma comissão presidida pelo pároco António de Ascensão de Oliveira dá início à edificação de uma outra nave, do lado sul, que mimetiza a arquitetura românica. Numa inscrição então colocada na parede sul, o promotor da obra regista que, anteriormente à reforma de 1874, as duas naves estavam dividida por dois *arcos ogivais* convertidos num só, depois de retirada *a tosca coluna que os sustentava no meio*. Uma gravura da frontaria da igreja publicada na revista *O Panorama* (1866) testemunha a ausência da nave sul.



*Interior. Perspetiva
a partir do lado
ocidental*

As duas naves de Águas Santas representam uma solução pouco comum no românico português, como notou C. A. Ferreira de Almeida. A construção da segunda nave, mais dilatada, e a abertura entre as duas naves por dois arcos formeiros, terá sido uma forma de ampliar o espaço eclesial. Habitualmente, a necessidade de aumentar um templo era solucionada com uma nova construção de maiores dimensões, como frequentemente aconteceu. No entanto, a construção de uma igreja disposta junto a uma mais antiga, tem exemplares no românico italiano ou nas igrejas medievais do Líbano e da Albânia. Sobre esta questão, Carrero Santamaria considera que, no caso dos mosteiros, a função paroquial foi solucionada com uma outra construção que, desta forma, resolvia a sempre difícil questão da clausura e da privacidade da comunidade monástica.

Poderá ter sido esta a razão que levou à edificação de uma segunda igreja em Águas Santas. Todavia, é também de considerar a hipótese de a obra ter sido motivada pela necessidade de ampliação do espaço eclesial, como já foi referido. Sendo as características desta segunda igreja consentâneas com as soluções românicas do século XIII, esta cronologia está de acordo com a epígrafe datada de 1218 e com a época em que Águas Santas surge na documentação como a principal casa religiosa da ordem dos Cónegos

do Santo Sepulcro em Portugal ou seja, o primeiro quartel do século XIII.

Apesar da escassa documentação, é conhecida a antiga relação comercial entre a cidade do Porto e La Rochelle, cidade onde estão documentados poderosos núcleos de habitantes oriundos do Limousin. Esta via de comércio marítimo tem sido o argumento aduzido para esclarecer as semelhanças estruturais e de modelos de escultura entre a arquitetura do Limousin e uma série de igrejas românicas construídas na região do Porto. Sirvam de exemplo, além da sé do Porto, as igrejas de Cedofeita (Porto), Cabeça Santa (Penafiel), Fandinhães (Marco de Canaveses), Roriz (Santo Tirso) e Águas Santas, entre outros exemplares. Todavia, estes edifícios, com exceção da sé do Porto, não apresentam um quadro de conjugação entre as soluções arquitetónicas e construtivas e as formas escultóricas de procedência limosina, conjugação essa que se encontra patente na sé do Porto e na Ermida do Paiva (Castro Daire, Viseu). O processo de cópia de modelos de pequenas peças, como molduras e capitéis, revela um carácter epidérmico no que diz respeito às transferências artísticas. Já a definição planimétrica, o arranjo de alçados e as proporções das várias parcelas de uma construção configuram um processo mais complexo.

O último quartel do século XII e a primeira década do século XIII correspondem justamente ao grande arranque da



Interior. Capitéis

atividade marítima e comercial da cidade do Porto, principalmente com La Rochelle, coincidindo este arco temporal com a construção românica da sé portuense. O Anjo da Sé do Porto (MNM, inv. 3936), é uma das raras peças em escultura de vulto atribuídas à época românica que se conservam em Portugal. Na igreja de Saint-Pierre d'Aulnay (Nouvelle Aquitaine, diocese de La Rochelle et Saintes), as esculturas das aduelas do portal ocidental mostram afinidades técnicas e formais com o anjo da catedral do Porto. O mainel do portal da abadia de Saint Pierre de Beaulieu (Limousin) apresenta escultura de atlantes, cujo pregueado utiliza um esquema igualmente semelhante ao do anjo proveniente da sé portugalense.

Se entre os objetos referidos na documentação nem sempre é possível destringir a matéria ou as técnicas que os compõem, a documentação portuguesa comprova a existência de peças oriundas de Limoges desde o último quartel do século XII. No outono de 1185, D. Fernando Martins, bispo do Porto, manda lavrar o seu testamento. Entre os bens então legados à sé portugalense constam *duo paria cadelabrorum de Alimoges*. O documento garante a

existência de peças de Limoges em Portugal numa data muito precoce, quando comparada com as referências documentais registadas nos outros reinos europeus.

Estas densas e longas influências do Centro-Oeste de França sobre o românico da região do Porto dever-se-ão justamente à intensidade das relações comerciais. As obras da catedral românica do Porto devem ter sido iniciadas no último quartel do século XII. A cabeceira original, provida de deambulatório e capelas radiantes, como patenteia a documentação, em conjugação com a planta poligonal e o alçado dos absidiolos configura soluções muito semelhantes às das igrejas da região de Limoges como Beaulieu, La Dorat e Souillac.

A organização das arcadas das frestas com toros diédricos e sem impostas, que se conservam em Águas Santas e na sé portugalense, seguem os modelos limosinos. Como já esclareceu Manuel Real, os vão de iluminação da cabeceira retangular daquele mosteiro inspiram-se claramente na sé do Porto. O aparecimento de um fuste em calcário junto à catedral portuense revela evidentes semelhanças com a decoração de laçarias presentes nos fustes de Águas Santas.

A questão das transferências artísticas recebeu uma nova dinâmica com a publicação na *Revue de l'Art* (1998) de um conjunto de textos sobre a circulação dos artistas, das obras e dos modelos na Europa medieval. Um dos aspetos que Roland Recht coloca então no centro do debate é o da cultura visual de cada artista que se forma com ritmos distintos. Numa mesma época, artistas que pertencem a duas ou três gerações sucessivas coexistem e produzem em simultaneidade não sendo todos permeáveis às mesmas influências. Segundo Recht, cada domínio da criação artística, definido a partir de um material e de uma técnica, coloca problemas que lhe são próprios. O fabrico da tapeçaria, do vitral ou do esmalte, cujas oficinas não se deslocam facilmente, ou o trabalho de um pintor que necessita de instrumentos mais limitados, não deve ser equacionado nos mesmos termos no que diz respeito à circulação de artistas, peças ou modelos empregues na arquitetura. Em 2009, a revista *Histoire de l'Art*, traz novamente ao centro do debate a questão da circulação de obras, artistas, modelos e transferências na idade média. Nesta publicação, Jean-Marie Guillouët distingue as noções de *circulação* e de *transfert*. A noção de transferência artística não tem como objetivo descrever a circulação de artistas, obras e modelos, muito embora estas questões estejam presentes. Todavia, a aplicação da noção de transferências artísticas permite analisar a maneira como a deslocação de artistas, obras e modelos pode reconfigurar os meios artísticos que os acolhem, ou aqueles de onde provêm.

De acordo com o que ficou exposto se deduz que a arquitetura do mosteiro de Santa Maria de Águas Santas corresponde a uma ampla cronologia. À construção da nave norte, na primeira metade ou nos meados do século XII, segue-se a edificação de uma nova igreja, a sul, já no século XIII. As parcelas superiores desta segunda igreja, bem como o portal ocidental acusam uma intervenção datável do século XIV.

Texto: LCR - Fotos: JNG/MF/MS/MLB
Planos: GM/MF/MS (sobre SIPA-DGPC)

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1978a, II, pp. 176-180; ALMEIDA, C.A.F., 1987b, p. 32; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 114-115 e 128; AMARAL, L.C., 2007, p. 315; BARROCA, M.J., 1987, pp. 179-181, 208 e 374; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 281 (de 1218); BARROCA, M.J., 2017d, p. 210; BOISSELLIER, S., 2012, pp. 75, 80 e 12; CALVO GOMÉZ, J.A., 2015, pp. 60-61 e 71-72; CARDOSO, L., 1747-51, I, pp. 86-87; CARRERO SANTAMARIA, E., 2009b, pp. 93-97; CENSUAL do Cabido da Sé do Porto, 1924, pp. 4 e 342; COELHO, M.H.C., 2017, p. 328; COSTA, P.P., 2000, pp. 93-98; CUNHA, C., 2015; DHRP, 2000-01, I, pp. 438-439 *sv*. "Cónegos de Santo Sepulcro (séculos XII-XV)" (Hermínia Vasconcelos Vilar); FERNANDES, A.A., 1997, p. 74; GUILLOUËT, J.-M., 2009, pp. 17-18; PMH, DC, doc. n.º 262 (de 1027); PMH, INQ., pp. 504-505 (de 1258); REAL, M.L., 2017, pp. 54-56; RECHT, R., 1998, p. 6; ROSAS, L.M.C., 1995, II, pp. 20-24; SANTOS, J.M., 1871, p. 15; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 1999, I, p. 254; SOTTOMAYOR-PIZARRO, J.A., 2017, pp. 316-318; TEIXEIRA, R., 2011, pp. 190 e 214; TEST. ECC. PORT., doc. n.º 7.1 (de [1185, novembro, 8]); doc. n.º 7.4 (de 1260, outubro, 21); doc. n.º 1.28 (de 1265, outubro, 26); VILLASEÑOR SEBASTIÁN, F., 2016, pp. 299-301; YZQUIERDO PERRÍN, R., 2018, p. 163.

